

Adriana Demite Stephani
(Organizadora)

Educação: Uma Nova Agenda para a Emancipação 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação [recurso eletrônico] : uma nova agenda para a emancipação 2 / Organizadora Adriana Demite Stephani. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Educação. Uma Nova Agenda para a Emancipação; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-739-0 DOI 10.22533/at.ed.390192310</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Inclusão social. I. Stephani, Adriana Demite. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.71</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A coleção “Educação: Uma Nova Agenda para a Emancipação 2” é um mosaico de abordagens, olhares e narrativas sobre a educação brasileira. De caráter *pluri*, é composta por 2 volumes contendo 23 artigos cada, reunindo ao todo 46 textos que discutem, refletem e apresentam práticas de pesquisadores e docentes de diferentes estados e instituições, tanto brasileiras quanto internacionais.

objetivo da obra é apresentar um panorama das diversas e importantes pesquisas pelo país a partir de inúmeros aspectos da educação, desde processos históricos de constituição, desafios, enfrentamentos e ações na/para a formação docente, perpassando por reflexões sobre a educação como instrumento para a formação crítica e como processo inclusivo, como também apresentando possibilidades reais de atuações em sala de aula através dos relatos das práticas docentes.

O volume I inicia com 6 artigos que refletem o perfil docente do Século XXI diante dos novos paradigmas para a formação de professores e as reais condições do exercício docente em nosso país, refletindo sobre aspectos curriculares e enfrentamentos nessa formação. A esses primeiros textos, seguem-se outros 3 textos que trazem um olhar também sobre o perfil, o papel e a importância de gestores e coordenadores na Educação Básica. E, a Educação Básica é linha condutora dos 13 demais artigos que exploram diferentes aspectos educacionais como a inserção de temáticas pouco exploradas em sala de aula, assim como, práticas docentes envolvendo diferentes ferramentas e explorando os recursos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), a partir de pesquisas realizadas, como também através de relatos de trabalhos com jogos e oficinas em sala de aula.

Os 5 textos iniciais do Volume II abordam aspectos históricos da educação, trazendo pesquisas, apresentando processos históricos constituintes de espaços escolares e de processos de escolarização, tanto de educação básica como superior, que narram alguns momentos, entre tantos, da histórica da educação brasileira. Seguem-se a esses, outros 9 capítulos que possuem como linha conectiva a formação crítica e emancipadora através do processo educativo em diferentes frentes, espaços e abordagens teóricas. Os 8 capítulos restantes refletem sobre o processo de inclusão, os enfrentamentos da educação especial, a questão da saúde dos profissionais da educação, os dilemas da relação família-escola, a necessidade de escuta na educação infantil e a importância de reflexões sobre a sexualidade juvenil.

Essa diversidade de temáticas e pesquisas apresentadas na obra demonstra os múltiplos olhares e enfrentamentos da educação do país e a necessidade de aprofundamento e reflexão constantes.

Convidados o leitor para essa reflexão!

Adriana Demite Stephani

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE 1930 A 2016	
Adriana Freire Pereira Férriz Ingrid Barbosa Silva Jakeline Gonçalves Bonifácio Sena Rosane dos Santos Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.3901923101	
CAPÍTULO 2	13
A REFORMA EDUCACIONAL SOB A ÓTICA NEOLIBERAL	
Elizangela Tiago da Maia	
DOI 10.22533/at.ed.3901923102	
CAPÍTULO 3	21
OS INSPETORES DA INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO	
Vinicius Teixeira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3901923103	
CAPÍTULO 4	33
O CONTEXTO HISTÓRICO DE EXPANSÃO DO CTISM: REFLEXÕES INICIAIS	
Talia Giacomini Tomazi Roselene Moreira Gomes Pommer	
DOI 10.22533/at.ed.3901923104	
CAPÍTULO 5	42
REFLEXÕES SOBRE ESCOLARIZAÇÃO E TRABALHO NA VIDA DE MENINAS E MULHERES BRASILEIRAS A PARTIR DO CURTA-METRAGEM VIDA MARIA	
Rodrigo Ribeiro de Oliveira Dagmar Silva Pinto de Castro Sueli Soares dos Santos Batista	
DOI 10.22533/at.ed.3901923105	
CAPÍTULO 6	52
A INTENCIONALIDADE DA FORMAÇÃO ESTÉTICA NA EDUCAÇÃO POR UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA-LIBERTADORA	
Elna Pereira Nascimento Cres Nilo Agostini	
DOI 10.22533/at.ed.3901923106	
CAPÍTULO 7	61
CRITICIDADE: PRESSUPOSTOS ORIUNDOS DA OBRA DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU	
Letícia Maria Passos Corrêa Neiva Afonso Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3901923107	

CAPÍTULO 8	75
CONCEPÇÃO LIBERALISTA DE LOCKE E O DIREITO À EDUCAÇÃO	
Thiago Rodrigues Moreira	
Raimundo Márcio Mota de Castro	
Juliane Prestes Meotti	
DOI 10.22533/at.ed.3901923108	
CAPÍTULO 9	86
CONFORMISMO SIMULADO: QUESTÃO DE ORDEM, DE SOBREVIVÊNCIA OU UMA SAÍDA POSSÍVEL EM TEMPOS RANÇOSOS?	
Enéas Machado	
Sandra Regina Trindade de Freitas Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3901923109	
CAPÍTULO 10	95
EDUCAÇÃO EM ADORNO – POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA EMANCIPAÇÃO	
Mariano Luiz Sousa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.39019231010	
CAPÍTULO 11	107
EDIFÍCIOS ESCOLARES VOLTADOS À EDUCAÇÃO EMANCIPADORA ORIENTADOS PELAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS E METODOLOGIAS ATIVAS	
Roberta Betania Ferreira Squaiella	
Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.39019231011	
CAPÍTULO 12	120
EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA: REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO DE INTERAÇÃO FORMAÇÃO-TÉCNICA	
Thiago Vieira Machado	
Anne Alilma Silva Souza Ferrete	
DOI 10.22533/at.ed.39019231012	
CAPÍTULO 13	131
EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE: APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA COMO PROPÓSITO	
Lucila Ludmila Paula Gutierrez	
Paula Macarena Caballero Moyano	
Raphael Maciel da Silva Caballero	
DOI 10.22533/at.ed.39019231013	
CAPÍTULO 14	139
EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA: UM DIÁLOGO ENTRE O PENSAMENTO GRAMSCIANO NA FORMAÇÃO INTEGRAL COM A EDUCAÇÃO DA GRÉCIA ANTIGA	
Janiara de Lima Medeiros	
Ohana Gabi Marçal dos Passos	
DOI 10.22533/at.ed.39019231014	

CAPÍTULO 15	151
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS DEFICIENTES NA ESCOLA PÚBLICA: O OLHAR DOS PROFESSORES DE DOIS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO	
Sandra Maria Guisso Charles Moura Netto	
DOI 10.22533/at.ed.39019231015	
CAPÍTULO 16	161
DEFICIÊNCIA VISUAL: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
João Ricardo Melo Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.39019231016	
CAPÍTULO 17	168
DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
João Ricardo Melo Figueiredo Eliana Leite Assis Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.39019231017	
CAPÍTULO 18	175
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: EFICÁCIA DE UM ENSINO DE SUPORTE BÁSICO DE VIDA PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
Caio Winch Janeiro Carolina Rodrigues Lopes Gustavo de Souza Andrade Lívia Mariana Lima Gava Murieli Fonsati Mázzaro César Antônio Franco Marinho Gustavo Navarro Betônico	
DOI 10.22533/at.ed.39019231018	
CAPÍTULO 19	182
ESCOLA X FAMÍLIA: UM DOS DESAFIOS DO SÉCULO XXI	
Jenyfer Fernanda Almeida Andreia Aparecida Pontes Maria Elganei Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.39019231019	
CAPÍTULO 20	192
A ESCUTA DAS CRIANÇAS COMO UM PRINCÍPIO DA AÇÃO EDUCATIVA: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NA UEIIA/UFSM	
Ana Carla Bayer da Silva Daniela Dal Ongaro Jovaneli Lara Xavier Siqueira da Rosa Juliana Goelzer	
DOI 10.22533/at.ed.39019231020	
CAPÍTULO 21	202
CONHECIMENTO SOBRE SEXUALIDADE DE ESTUDANTES ADOLESCENTES EM MUNICÍPIO RIBEIRINHO AO NORTE DO BRASIL: O QUE FOI COMPREENDIDO E O QUE AINDA NECESSITA SER APRIMORADO?	
Liliane Gonçalves de Araújo Darlene Teixeira Ferreira Gláucia Caroline Silva de Oliveira	

Aldemir Branco de Oliveira-Filho
DOI 10.22533/at.ed.39019231021

CAPÍTULO 22 213

O PARADIGMA DA “ATIVÇÃO” DO ESTUDANTE E AS DEMANDAS POR UMA EDUCAÇÃO EM COMPASSO COM O SEU TEMPO

Bruno Gomes de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.39019231022

CAPÍTULO 23 225

CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DEFORMAÇÃO UNIFORME EM MATERIAIS SOB STRESS

Otto Leonardo Gómez Huertas

DOI 10.22533/at.ed.39019231023

SOBRE A ORGANIZADORA..... 231

ÍNDICE REMISSIVO 232

A REFORMA EDUCACIONAL SOB A ÓTICA NEOLIBERAL

Elizangela Tiago da Maia

Mestre em Letras/Literatura, doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação (PPGEdu), pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). email:elismaia36@hotmail.com. Professora na educação básica da Rede Municipal de Ensino de Dourados/MS. URL:<http://lattes.cnpq.br/0549612927325506>
Dourados-MS

RESUMO: Recentemente no Brasil, o fenômeno neoliberal tem trazido consequências para a educação pública. Neste trabalho, objetivamos discutir a relação entre neoliberalismo e educação, ao especificar a natureza da abordagem neoliberal, como é concebida a educação nessa vertente, suas implicações, no sentido de como a concepção afeta a educação pública. Para tanto, a pesquisa adotará como percurso metodológico a pesquisa bibliográfica de autores que discutem a temática investigada. A pesquisa terá como aporte teórico a teoria enraizada nas clássicas formulações de Marx, dando enfoque às relações do Estado e às ações estatais. Importante destacar que, o presente trabalho não visa pautar-se no dualismo entre as duas correntes, mas avançar no sentido de demonstrar o que significa políticas públicas na vertente neoliberal e como é concebida a educação enquanto política social. A partir das

análises parciais é possível afirmar que, as políticas sociais e as reformas educacionais pensadas a partir de uma perspectiva de classe atende às reivindicações dos trabalhadores, nas quais se inclui a garantia de educação pública e gratuita. No entanto, a vertente neoliberal tem sido privilegiada no contexto educacional brasileiro, repercutindo na desresponsabilização do Estado com o ensino público, de forma que tem sido “empurrado” para o setor privado. Isso pode ser comprovado com a reforma do ensino médio, na qual abriu-se a possibilidade para que parte do ensino seja a distância, por meio de projetos e atividades on-line, sob a responsabilidade de instituições de educação que demonstrem notório reconhecimento na área.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo. Estado. Educação. Reforma.

1 | INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a reforma educacional brasileira tem sido uma das pautas na agenda do governo federal. Mais especificamente, no transcorrer de dois anos, ou seja, de 2016 a 2018, isso tem se dado no plano concreto, por meio de reformas, debates, especulações, projetos de lei em discussão, que demonstram claramente a intencionalidade do Estado se

responsabilizar cada vez menos com a materialidade de uma educação pública como política social.

A definição da necessidade de reformas se faz presente entre quem defende sua necessidade e, assim, uma reformulação do sistema educacional, no sentido de modificar a atuação do Estado para adaptá-la às novas exigências do capital, quanto aqueles que são contrários a tal reformulação, uma vez que entendem a necessidade de intervenção estatal, com o objetivo de manter e ampliar as políticas sociais, tendo como um dos princípios norteadores a educação pública, gratuita e com qualidade social.

As relações que se estabelecem entre uma ou outra visão têm como pano de fundo a concepção que se tem de Estado¹² e as políticas sociais que são implementadas em uma determinada sociedade, em um período histórico. Ou seja, aquela que vise atender o interesse do mercado ou que focalize a população, por meio da Implantação de um projeto político, através de programas, de ações voltadas para a sociedade, significando ter mais presente a intervenção estatal.

Para Fleury (2010, p.1) as Políticas sociais são definidas como “o conjunto de intervenções políticas de caráter distributivo, voltadas para assegurar o exercício dos direitos sociais da cidadania e impulsionar a segurança e coesão da sociedade por meio do acesso e utilização de benefícios e serviços sociais”. São assim, consideradas de responsabilidade do Estado, devendo ser pensada pelos sujeitos sociais, de caráter imprescindível para a classe trabalhadora, pois contribui para a promoção da justiça e o bem-estar social.

As políticas sociais foram geradas nos movimentos populares do século XIX, devido aos conflitos surgidos entre capital e trabalho. Isso seu deu, com a organização da classe trabalhadora que reivindicou ações e evidenciou demandas voltadas para os setores não beneficiados pelo desenvolvimento capitalista, sendo pensadas para a sociedade como um todo.

Na contramão desse ideal, os estímulos individuais são necessários à produção e à competição numa sociedade livre, com a intervenção mínima do Estado, já que teoricamente sua presença efetiva seria geradora e estimularia o comodismo, a permissividade social, que trariam repercussões negativas, pois coibiria, ameaçaria e comprometeria a produtividade que é a base do capital.

Isso porque, dentre os ideais do sistema de acumulação capitalista está engendrado em seu desenvolvimento a constituição e reprodução permanente da força de trabalho e a socialização desta através do trabalho assalariado, devendo haver uma adequação quantitativa entre a força de trabalho ativa e a força de trabalho passiva, ou seja, mão de obra disponível em quantidade suficiente para o mercado, não havendo espaço para a garantia de direitos sociais como o seguro desemprego,

1. Höfling (2001, p.31) conceitua Estado como o conjunto de instituições permanentes, como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente que possibilitam a ação do governo.

aposentadoria, entre outros benefícios subsidiados pelo Estado (HÖFLING, 2001).

Também pela necessidade de romper com os chamados monopólios que são considerados pelos neoliberais como responsáveis pelo corporativismo encontrado entre os funcionários do governo, que repercutem na restrição da liberdade manifestada no estímulo, suscitada pelas políticas públicas implementadas e que afetam a qualidade dos serviços ofertados (AZEVEDO, 1997).

Dessa forma, a intervenção estatal, por meio da manutenção ou ampliação das políticas sociais, nas quais está inserida a educação, estaria colocando em risco o equilíbrio da ordem democrática, na perspectiva econômica, social e moral, pois tende a desconsiderar um de seus principais princípios, a liberdade e a individualidade.

Nessa perspectiva, caberia ao Estado definir regras gerais, de forma a não produzir uma discriminação entre as pessoas, quando se atende apenas determinado setor da sociedade, mas que a educação pública deve ser ofertada a todo cidadão, de forma universalizante e de maneira padronizada.

Partindo disso, faz-se necessário entender essa conjuntura, ao discutir a relação entre neoliberalismo e educação, ao especificar a natureza da abordagem neoliberal, como é concebida a educação nessa vertente, suas implicações, no sentido de como a concepção afeta a educação pública.

Para pensar e entender a educação nessa dinâmica torna-se imprescindível refletir sobre: Qual educação? Qual escola? Qual sociedade se constrói na perspectiva neoliberal? De que forma influencia as políticas sociais e as reformas educacionais? Nesse sentido, faz-se uma problematização sobre os fundamentos que sustentam a abordagem neoliberal trazendo para a análise específica da política educacional, objetivando pensar: Qual modelo de sociedade queremos construir?

O percurso metodológico abrange o levantamento e estudo bibliográfico que será relacionado e interpretado sob uma perspectiva prescrita, descritiva e analítica.

2 | A ABORDAGEM NEOLIBERAL

As raízes da corrente neoliberal encontram na teoria do Estado formulada a partir do século VII, expressando o ideário do liberalismo clássico então emergente. Esta teoria foi sendo paulatinamente modificada e adaptada, à medida que o avanço do capitalismo delineava a estrutura de classes com maior nitidez, trazendo-a para o centro da cena econômica e política. Neste processo, o Estado liberal burguês passa a incorporar uma nova dimensão de legitimidade: a igualdade passa pelo alargamento dos direitos políticos dos cidadãos, proclamado como o meio de garantir a participação no poder e o seu controle fundamentado e organizado na forma de uma democracia (HÖFLING, 2001, p.9).

Como se vê, a vertente neoliberal tem sua origem no liberalismo clássico, no qual não havia qualquer espaço para a intervenção estatal. Nessa teoria política a função do Estado é a de garantir os direitos individuais, destacando-se a propriedade privada, considerada como “direito natural”. Ao Estado cabe tão somente a função de

fiscalizar e não de intervir em conflitos, mas que a sociedade civil, entre proprietários e trabalhadores deve estabelecer as relações de classe.

Com as transformações no plano político, social, econômico, crises, revoluções, o progresso técnico e científico, guerras, a organização da classe trabalhadora no mundo do trabalho se originou a abordagem neoliberal, que se consolida na relação Estado e mercado de acumulação e regulação do capital e do trabalho, tendo seus principais fundamentos pautados no liberalismo clássico.

De forma universalista, a vertente defende o modo de organização social e política que limita a intervenção estatal, se sobressaindo o ideal de “Menos Estado e mais mercado”, sendo a máxima que sintetiza suas postulações, que tem como princípio chave a noção da liberdade individual:

Os fundamentos da liberdade e do individualismo são tomados para justificar o mercado como regulador e distribuidor da renda e da riqueza: compreendendo-se que, na medida em que potencializa as habilidades e a competitividade individuais, possibilitando a busca ilimitada do ganho, o mercado produz, inexoravelmente, o bem-estar social (AZEVEDO, 1997, p.10).

Para sustentar a abertura ao livre mercado, postula-se que a intervenção estatal traz riscos e prejuízos, no sentido de conduzir ao totalitarismo, a servidão, quando se trata de programas sociais. Sendo assim, a única maneira do Estado de direito proceder seria na garantia de “medidas que se estabeleçam como normas gerais; caso contrário, produziria, necessariamente, uma discriminação arbitrária entre as pessoas” (AZEVEDO, 1997, p.11).

Defensores do “Estado Mínimo”, um dos pontos fundamentais dos neoliberais consideram que as políticas públicas são as principais responsáveis pela crise que perpassa as sociedades. Acreditam que, a intervenção estatal advinda dos subsídios (saúde, educação, assistência social, seguro desemprego) são males que estariam afetando os princípios da liberdade e da individualidade, valores básicos do sistema capitalista.

No entanto, no caso da educação, o neoliberalismo admite que a política educacional seja subsidiada com recursos públicos, pois é considerada um dos fatores mais importantes para a redução das desigualdades sociais, pois amplia as oportunidades individuais. Entretanto, deve-se manter um tratamento do sistema educacional, no qual as instituições passam a ter um grau de autonomia e, conseqüentemente, o Estado se desresponsabiliza na sua oferta e manutenção.

Assim, o ideário é de que o papel do Estado é o de prover alguns bens essenciais, como a educação, no sentido de estabelecer a aplicação de normas e regras, mas sem interferência direta, cabendo apenas a responsabilidade pela regulação.

Nessa perspectiva, “o Estado capitalista moderno cuidaria não só de qualificar permanentemente a mão-de-obra para o mercado, como também, através de tal política e programas sociais, procuraria manter sob controle parcelas da população”, principalmente quando se trata do grupo específico não inserido no processo

produtivo (HÖFLING, 2001, p.33).

Essa concepção é tida como uma ameaça ao estado de bem estar social, implantado de forma plena nas democracias avançadas e mantida de forma precária em alguns países em desenvolvimento, mas que é considerada imprescindível para a maioria da população, como é o caso do Brasil. Considera-se que, a limitação do acesso ao serviço público aprofundará ainda mais as desigualdades e a exclusão social, ao prevalecer o interesse do capital em detrimento do humano e coletivo.

O pressuposto marxista²³ defende que, cabe ao Estado atender as reivindicações e demandas da classe trabalhadora e dos setores não beneficiados pelo desenvolvimento capitalista, desdobrando-se em ações estatais. As políticas sociais são tidas como instrumentos importantes no sentido de amenizar as desigualdades originadas no mercado, garantindo o bem-estar e a igualdade como pré-requisitos indispensáveis ao exercício pleno da cidadania.

As idéias combativas de Marx, em relação a produção e reprodução de condições favoráveis à acumulação do capital e ao desenvolvimento do capitalismo, abriu espaço para legitimar o aprofundamento da ação estatal na economia e em outras instâncias privadas, o que contribuiu para assegurar o bem estar social para o maior número possível de indivíduos.

No entanto, nas agendas reformista do sistema educacional brasileiro, a visão neoliberal tem se sobressaído, principalmente quando se analisa a reforma do ensino médio e a imposição de uma Base Nacional Comum para a Educação Básica. A primeira tem como pressuposto a parceria público privado, segundo uma concepção de educação como mercadoria, de preparação da mão de obra barata para o mercado de trabalho; enquanto que a imposição curricular, um dos efeitos da globalização³⁴ visa à padronização e a regulação, conduzidas por valores da “cultura global”. Trata-se de um fenômeno político, cultural e econômico, que objetiva a manutenção e o fortalecimento do sistema capitalista, no qual o principal objetivo é o lucro e a acumulação do capital.

Dentro deste contexto, destaca-se a importância de analisar e refletir qual é o espaço da educação, como ela se configura no modelo neoliberal e quais as conseqüências disso.

2. Azevedo (1997, p.39) discute e analisa o pensamento de Marx e esclarece que: “Não há em sua obra uma preocupação particular com a análise das políticas sociais no capitalismo. Nela subjaz, entretanto, a intenção de encontrar os meios para realizar a mais ampla condição de igualdade e bem-estar dos seres humanos. Afinal, uma das maiores contribuições de Marx foi mostrar as raízes das desigualdades e da exploração inerentes às sociedades de classe. Foi por esta ótica, pois, que abordou as políticas sociais, de resto, quase inexistentes no seu tempo”.

3. Para Dale (2004, p. 437): “A globalização é um fenômeno político-econômico. Isto conduziu também à criação de novas formas de governação supranacional que assumiram formas de autoridade sem precedentes. De novo, contudo, tem de ser dito que estas mudanças resultam da transformação das condições da procura do lucro, que permanece o motor de todo o sistema.

3 | O LUGAR DA EDUCAÇÃO NAS AGENDAS REFORMISTAS

A política de descentralização entre os diferentes órgãos de governo anunciava, estabelecendo uma relação entre descentralização e autonomia, que a proximidade territorial entre o governo e a instituição escolar provocaria uma mudança na suas práticas de governança e na definição de suas relações internas de poder, entre outras. No entanto, isto não parece ter acontecido. Todavia, a gestão e o governo das unidades escolares foram realmente atingidos pela política de descentralização para a escola e para o mercado. (KRAWCZYK, 2005, p.805).

Um dos discursos mais recorrentes na atualidade é a liberdade e a necessidade da sociedade civil participar mais efetivamente da escola como voluntários. Sob o rótulo Amigos da escola, Todos pela Educação disseminam o ideário de que sem as parcerias público privado, não se avança na qualidade do ensino.

Trata-se da descentralização para escola (autonomia escolar) e descentralização para o mercado (responsabilidade social). Assim, o Estado restringe sua função à regulação do mercado, que significa a transferência de responsabilidades sobre a área social para a sociedade civil, significando que para se ter acesso a direitos sociais torna-se condição indispensável pagar por esse direito.

Sob a ótica da política de descentralização não se questiona a responsabilidade do governo em garantir o acesso de todos ao nível básico de ensino, mas a necessidade de outro tratamento para o sistema educacional, cuja oferta de escolarização passa a ser comprometida com as possibilidades de escolha por parte dos pais em relação à educação desejada para seus filhos.

Azevedo (1997) ao explicitar e dialogar com as idéias de Friedman, esclarece que nessa perspectiva, as instituições públicas são empurradas para a esfera privada, enquanto as famílias passariam a exercitar o direito de livre escolha. Ao mesmo tempo, acabaria com o monopólio estatal existente na área, diminuindo-se o corpo burocrático, a máquina administrativa e, conseqüentemente, os gastos públicos.

Segundo este postulado, há necessidade da consolidação de uma nova organização. No caso da educação, de uma nova gestão do sistema educativo e da escola, de forma que promova a autonomia financeira, administrativa e pedagógica da instituição, definindo formas quase mercantis de delegação de poderes e do sistema de financiamento escolar, na medida em que “potencializam” a competitividade.

A concepção de reformulação do sistema educativo pauta-se na idéia de que o poder público deve transferir ou dividir suas responsabilidades administrativas com o setor privado, como meio de estimular a competição e o aquecimento do mercado, mantendo-se o padrão de qualidade na oferta dos serviços.

Dessa forma, a política educacional é descentralizada, podendo ser articulada com a iniciativa privada, a fim de preservar a possibilidade de cada um se colocar, de acordo com seus próprios méritos e possibilidades, em seu lugar adequado na estrutura social:

A proposta de participação da verba pública para educação primária e

secundária seria através de “cupons”, oferecidos a quem os solicitasse, para “comprar” no mercado os serviços educacionais que mais se identificassem com suas expectativas e necessidades, arcando as famílias com o custo da diferença de preço, caso este seja superior ao cupom recebido (HÖFLING, 2001, p.38).

O sistema educacional no Chile, instituído em fins do século XIX, é exemplo disso, pressupõe uma parceria com as sociedades civis, pela qual o ensino público não significaria necessariamente gratuidade, mas sim a perspectiva de atender a toda a demanda como forma de integração nacional.

Nessa lógica do mercado, o sistema de *vouchers*, ou vale-educação tem sido implementado no Chile como uma das modalidades do financiamento compartilhado. Visa a distribuição de recursos para as escolas públicas e privadas, que se tratam de “subsídios dos governos financiados por intermédio de impostos para as famílias poderem matricular seus filhos em escolas de sua escolha (Krawczyk, 2005, p.812).

O sistema tem sido alvo de análises, reflexões e críticas do processo de descentralização, por parte de estudiosos da área que já apontam para uma organização educacional que também fomenta a desigualdade:

os questionamentos dos especialistas vão no sentido de que a descentralização, para a escola – via várias ações que tendem a uma educação orientada também pelo mercado, tais como políticas de incentivos, do “financiamento compartilhado”, que permitem ao mesmo tempo a subvenção estatal à escolas particulares sem tolher a cobrança de mensalidades a seu alunado –, tem acentuado a diferença entre o grupo das escolas pobres com menor qualidade e o das escolas ricas com maior qualidade. Acresce-se a isto que o salário dos professores também varia conforme o desempenho de sua escola; assim, professores mais bem qualificados e mais atualizados buscam escolas em que existe a possibilidade de seu desempenho ser reconhecido pelos sistemas de avaliação e, portanto, de serem mais bem remunerados (Krawczyk, 2005, p.810-811).

Trazendo essa forma de organização escolar para a realidade brasileira, constata-se que além de incentivar a competição no meio educacional, ao invés do trabalho coletivo também é um meio de transferir toda a responsabilidade às instituições escolares, valendo-se do desempenho dos alunos em avaliações de larga escala. Em relação aos professores, aprofunda ainda mais a problemática já existente, em relação a falta de condições de trabalho (recursos, estrutura física, quantitativo de alunos por sala) e de valorização profissional dos trabalhadores em educação, na qual é parte integrante a formação inicial e continuada, salário, carreira.

Além disso, como os direitos individuais do consumidor prevalecem sobre os direitos sociais de educação do cidadão, as famílias são informadas sobre a qualidade da escola por meio de *ranking* e premiação às escolas, como já acontece no Brasil, com o objetivo de fomentar a competitividade entre as escolas e a captação de recursos e de prestígio. Isso gera a exclusão social dos alunos e professores de escolas mais periféricas, já que questões sociais e culturais da população, que não se resolvem com a aplicação de uma prova.

No nosso país o sistema educacional ainda é público e gratuito. A LDB atualmente vigente foi promulgada em 1996, reformulada em 2017, determina as

responsabilidades e atribuições do Estado, do mercado e da sociedade no âmbito educativo. Nesta abriu-se a possibilidade com a reforma do ensino médio para que se torne parte do setor privado e, ainda, deixa brechas para que tanto o ensino fundamental, como educação infantil, por meio da concessão de bolsas de estudos e parcerias com entidades conveniadas e filantrópicas também abram espaço para o setor privado.

Cabe assim destacar que a educação construída na perspectiva da individualidade e competitividade só contribui para o fortalecimento e a acumulação do capital, refletindo no acirramento das desigualdades sociais e na exploração da mão de obra da classe trabalhadora, que se contrapõem à defesa dos direitos humanos e da dignidade humana.

Já as políticas sociais e as reformas educacionais pensadas a partir de uma perspectiva de classe atende às reivindicações dos trabalhadores, nas quais se inclui a garantia de educação pública e gratuita.

Elegemos aqui a concepção de educação, nos dizeres de Marx compreendida como um dos instrumentos de apoio na organização e na luta da classe trabalhadora contra os interesses do capital, muito embora ele questione o papel do Estado burguês como o responsável pela educação popular (MARX, 1979, p. 30-31).

Por fim, destaca-se ainda que, a adesão a determinada vertente depende da concepção que se tem de Estado e de políticas sociais, podendo assumir “feições” diferentes em distintas sociedades, não sendo possível pensar no Estado fora de um projeto político e econômico, que pode se aproximar mais de uma teoria social para a sociedade como um todo, atendendo às reivindicações da classe trabalhadora ou que negue direitos sociais quando prevalece o interesse do capital.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. Campinas – SP: Autores Associados, 1997.P.9-54.

FLEURY, S. Políticas sociais. In:OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo , Abril Cultural. 1984.

HÖFLING, E. de M. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes.Ano XXI, n. 55, nov. 2001, p. 31-41.

KRAWCZYK, Nora Rut. Políticas de Regulação e Mercantilização da Educação: socialização para uma nova cidadania? **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 799-819, Especial - Out. 2005.

MARX, K. **Crítica de/ programa de Gotha**. Moscou, Editorial Presença, 1979.

SOBRE A ORGANIZADORA

ADRIANA DEMITE STEPHANI - Possui Licenciatura em Letras e Pedagogia. Especialista em Língua Portuguesa: Métodos e Técnicas de Produção de Textos. Mestrado e Doutorado em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é docente (Adjunto III) do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, em Arraias, e do Programa de Pós-graduação em Letras da UFT/Porto Nacional. Tem experiência na área de Letras e Pedagogia com ênfase em Ensino de Língua e Literatura e outras Artes, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de professores, Letramentos, Arte e ensino, Arte Literária, Literatura e ensino, Literatura e recepção, Literatura e outras Artes, Leitura e formação, Leitura e Escrita Acadêmica e Literatura infanto-juvenil. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Literatura, Ensino e Recepção (LER), em parceria com docentes da UEG e UnB. Avaliadora do Inep/MEC de cursos de Letras e Pedagogia.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 10, 26, 30, 58, 59, 91, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 167, 171, 173, 174, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 195, 199, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225
Aprendizagem ativa 111, 213, 214, 220, 221, 223
Arquitetura escolar 107, 109, 119

B

BNCC 139, 140

C

Campo 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 29, 31, 35, 40, 43, 44, 48, 50, 70, 86, 88, 89, 90, 93, 97, 121, 132, 134, 141, 163, 167, 169, 171, 174, 183, 184, 187, 208, 213
Conformismo simulado 86, 92
Consciência verdadeira 95, 96, 97, 100, 102, 105, 106
Críticidade 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73
Curta-metragem Vida Maria 42

D

Deeper learning 213, 214, 220, 221, 222, 223
Deficiência 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174
Deficiência visual 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

E

Educação em saúde 134, 137, 175, 176
Educação escolar 52, 74, 95, 96, 103, 104, 105, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 152, 189
Educação especial 4, 7, 152, 160, 161, 165, 168, 173, 194, 195
Educação infantil 4, 7, 20, 96, 103, 115, 116, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200
Educação profissional 4, 7, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41
Emancipação 3, 50, 53, 54, 62, 66, 68, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 120, 125, 128, 130, 134, 144, 149
Ensino de filosofia 61, 62, 68, 70, 71, 73, 74
Ensino híbrido 107
Esclarecimento 55, 59, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 120, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130
Escolarização 5, 10, 18, 23, 42, 44, 47
Escuta 134, 164, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200

Estado 3, 4, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 34, 37, 43, 44, 56, 61, 63, 66, 67, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 93, 103, 105, 122, 124, 141, 145, 162, 194, 204, 212, 215, 217, 221

F

Família 4, 45, 79, 96, 100, 101, 102, 103, 104, 125, 143, 151, 154, 157, 158, 159, 160, 165, 168, 169, 170, 173, 174, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 200, 203, 211, 212, 217

Formação cultural 95, 96, 98, 99, 102, 104, 105, 106, 120, 125, 126, 129

Formação estética 52, 54, 55

Formação humana 37, 39, 58, 61, 62, 65, 66, 72, 74, 105, 121, 139, 141, 143, 145, 146, 149

G

Gênero 6, 23, 29, 30, 31, 42, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 65, 82, 211

H

Homem integral 52, 57

I

Inclusão 3, 54, 59, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 173

Inspeção eficaz 21, 23, 25, 26, 30

Inspetores da instrução 21, 27, 28, 30

Instrução popular 21, 24

Inteligências múltiplas 107, 109, 110, 111, 113, 117, 119

Interdisciplinaridade 139, 141, 146, 147, 148, 149, 150

J

Jean-Jacques Rousseau 61, 62, 63, 65, 68, 74

L

Liberalismo 15, 16, 75, 76, 77, 79, 84

Locke 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 122, 124, 130

M

Metodologias ativas 107, 109, 110, 111, 112, 117, 119, 137, 220, 221

N

Neoliberalismo 13, 15, 16, 60

P

Paideia 123, 130, 139, 140, 147, 148, 149, 150

Participação 15, 18, 86, 100, 115, 134, 136, 147, 151, 157, 159, 174, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 211

Política de educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12

Políticas neoliberais 33

Precarização 35, 40, 86, 87, 88, 89, 91

Primeiros socorros 175, 176, 177, 178, 180

Produção do conhecimento 1, 2, 5, 10, 11

Professores 19, 27, 29, 31, 38, 73, 92, 93, 94, 103, 104, 112, 113, 114, 115, 118, 134, 136, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 167, 174, 175, 177, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 212, 220, 231

Profissionais da saúde 131, 133

Profissionalização 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94

R

Redesenho do espaço escolar 107

Reforma 13, 17, 20, 41, 66, 88, 112, 113

S

Serviço social 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

Sociedade da aprendizagem 213, 214, 216, 217

Suporte básico de vida 175, 176, 177, 181

T

Trabalho 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 24, 25, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 96, 97, 100, 101, 103, 104, 105, 111, 113, 115, 118, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 163, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 192, 194, 196, 197, 198, 199, 212, 213, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223

Trabalho pedagógico 192, 194, 196, 197, 198

V

Vida escolar 182, 185, 187, 189

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-739-0



9 788572 477390